



Políticas de domesticidade e trabalho assalariado: ressignificando os papéis femininos nas américas no entre guerras.

Jaqueline Stafani Andrade¹

Recebido em: 09/08/2019

Aceito em: 14/12/2019

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito discutir como a atuação feminina no período entre guerras, seja por meio de comitês contra a carestia, seja em organizações trabalhistas, ressignificaram políticas de domesticidade governamentais e empresariais nos diversos contextos nacionais Americanos. Nesse sentido, tem-se em vista contribuir com debates sobre o conceito de gênero buscando responder às seguintes questões: como era vista a participação das mulheres na esfera pública nesse período? Quais são os limites da dicotomia entre o doméstico e atuação pública dessas mulheres? Por meio de autoras e autores como Weinstein, Guard, Klubock, e Fernandez-Acevez, dentre outros, o presente artigo buscará refletir sobre os papéis de gênero atribuídos as mulheres nas Américas no entre guerras e sua crescente atuação pública perante políticas de domesticidade.

Palavras chave: Gênero. Políticas de domesticidade. Ressignificação.

Domesticity policies and salaried work: resignifying female roles in the americas in the interwar period.

ABSTRACT

This paper aims to discuss how female action in the interwar period, either through anti-famine committees or with labor organizations, has re-signified governmental and corporate domesticity policies in various national American contexts. In this sense, we intend to contribute to debates about the concept of gender seeking to answer the following questions: how was the participation of women in the public sphere during this period? What are the limits of the dichotomy between domestic and public performance of these women? Through female and male authors such as Weinstein, Guard, Klubock, and Fernandez-Acevez, among others, this article will seek to reflect on the gender roles attributed to women in the Americas in the interwar period and their growing public performance toward domesticity policies.

Keywords: Gender. domesticity policies. Re-signified.

¹ Mestranda do Programa de História Social – FFLCH/USP e bolsista FAPESP processo nº. 2018/05395-7. Graduada (bacharel e licenciatura) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010 - 2014) UNESP - Campus Franca. E-mail: jaqueline.s.andrade@usp.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3735125746249886>



1 INTRODUÇÃO

As abordagens que buscam problematizar as relações de gênero têm conseguido, segundo os estudos de Cunha, um importante espaço no ambiente acadêmico. Em seu breve balanço historiográfico realizado no artigo “Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença” (CUNHA, 2000, p. 50), a historiadora retoma estudos pioneiros que desde o século XIX tentaram problematizar as relações sociais entre homens e mulheres. Na seara desses primeiros estudos, Cunha ressalta que a interpretação da opressão feminina era tida como parte do paradigma da produção, e somente seria solucionada a partir da implantação do socialismo; assim, as relações de opressão mais diretamente vinculadas à diferença sexuada eram deixadas em segundo plano.

Além da historiografia pioneira na abordagem do tema, a autora também enfatiza os debates teórico-metodológicos encetados por E. P. Thompson de fins da década de 1980. Segundo a historiadora, Thompson abriu caminho para a escrita de uma história dos “sujeitos sociais”, o que diferencia sua abordagem das anteriores que enfatizavam a ação de agentes coletivos:

Esta abordagem que permitia focar as relações sociais a partir de uma perspectiva político-cultural foi muito bem recebida pela história das mulheres. Era possível, então, resgatar a ação e a palavra das mulheres, que fornecesse provas não somente da opressão, mas das estratégias de luta e resistência para sobreviver aos sistemas opressores (*Idem*, p. 152).

Em seu trabalho, Cunha ressalta também o contraponto, de fins dos anos 1980 e início de 1990, entre a linha Thompsoniana e a pós-estruturalista, que buscou dar ênfase a linguagem e aos contextos de produção dos discursos. Para o caso dos estudos de gênero, a linha pós-estruturalista contou, e ainda conta, como principal representante Joan Scott. Nessa perspectiva, a linha Thompsoniana foi veementemente criticada por utilizar uma concepção ‘neutra’ ou ‘masculina’ da história, a qual não dava conta das diferenças de gênero no processo de formação da classe (*Idem*, p. 154).

Tais desdobramentos historiográficos têm se tornado profícuos no campo da história, uma vez que fomentam debates e possibilitam novas pesquisas, perspectivas e abordagens. No entanto, quando nos remetemos especificamente à intersecção entre gênero e classe, cabe ressaltar que há uma incontornável contribuição vinda da perspectiva do materialismo histórico. Segundo Cunha:

(...) foram as historiadoras marxistas que resgataram a documentação sobre operárias e sua participação na constituição da classe operária, bem como



problematizaram as transformações de ordem econômica e ideológica que sustentaram a oposição entre o público e o privado, resultando em importantes análises sobre a ideologia da domesticidade e o impacto dos valores da classe média sobre a classe operária ao longo do século XIX e início do século XX (*Idem*, p. 154).

Mais recentemente, não só mulheres têm abordado a temática de forma sistematizada. Trabalhos como os do historiador Thomas M. Klubock para o Chile (1998), Barbara Weinstein para o contexto brasileiro e argentino (2006), Maria Tereza Fernandez-Acevez para o México (2003) e Julie Guard no Canadá (2010) trouxeram importantes reflexões no campo dos estudos de classe e gênero, principalmente no que tange a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre domesticidade e trabalho assalariado, historiadores estes que terão suas perspectivas abordadas no presente trabalho.

2 NA CASA E NA FÁBRICA: POLÍTICAS DE DOMESTICIDADE, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NAS AMÉRICAS

No período entre guerras e mais intensamente na pós-Segunda Guerra mundial, as Américas e o mundo como um todo, passaram por um processo de forte industrialização e internacionalização do trabalho. No início do século XX, por exemplo, os norte-americanos Barton Sewell e William Braden compraram uma importante jazida de cobre no Chile. Mais adiante, nas décadas de 1920 e 1930, o cobre produzido em *El Teniente*, como viria a se chamar a mina localizada ao Sul, próxima a Santiago, se tornaria um dos mais importantes produtos de exportação chilena. Junto a Companhia norte americana, que na década de 1970 seria parcialmente nacionalizada, vieram ao Chile culturas de trabalho que traziam consigo ideais de bem-estar social e políticas de domesticidade, que impunham aos trabalhadores chilenos novas formas de disciplina de trabalho.

Em seu estudo “*From Welfare Capitalism to the Free Market in Chile; Gender, Culture and Politics in the Copper Mines*”, Klubock buscou investigar como os ideais de domesticidade e disciplina de trabalho implantados pela *Braden Copper Company* na mina de *El Teniente* foram incorporados e reapropriados pela população local. Segundo Klubock, as políticas de domesticidade estabelecidas em *El Teniente* pela Companhia, e posteriormente endossadas pelo estado, constituíram a base de legitimidade da empresa que foi promovida por meio de ideais de mobilidade social e classe média e, principalmente, pela concepção de um ambiente familiar cujo núcleo de renda estaria centrado na figura masculina.



Deparando-se com uma cultura de trabalho que não se fixava, seja pelos chamados *peones* (trabalhadores itinerantes) ou por trabalhadores que buscavam apenas um ganho temporário para residir em outro local, a empresa *Braden Copper* teve que desenvolver alternativas para fixar e disciplinar essa força laboral. Dessa forma, buscou implementar políticas paternalistas que incentivassem a fixação dos trabalhadores providenciando uma série de benefícios àqueles que atendessem a certos critérios, dentre eles, o de ser casado.

De acordo com a companhia, trabalhadores que se casavam em El Teniente ou que traziam suas esposas e crianças com eles, tendiam a permanecer por anos, dependendo do trabalho na mina, para prover suas famílias. Um trabalhador solteiro ou um trabalhador casado cuja família vivia em outra localidade possuía mais liberdade para ir e vir, para arriscar o desemprego em greves, e para se engajar-se nos 'vícios' condenados pela Companhia².

No que tange as mulheres solteiras, a empresa considerava sua presença como um fator de instabilidade. Segundo o historiador, a empresa acreditava que essas mulheres incentivavam uma vida desregrada aos trabalhadores, seja por meio da comercialização do sexo, seja por manterem estabelecimentos que vendiam bebidas ilegais e incentivavam o vício e o jogo. Essas mulheres, portanto, também se tornaram alvo das políticas da Companhia, que buscava inculcar-lhes valores de classe média, possibilidades de ascensão social e principalmente ideais de domesticidade. A partir disso, a empresa buscava apontar-lhes os benefícios de uma vida conjugal, formas de ajudar no orçamento familiar e na manutenção de um lar saudável e confortável para seus maridos, evitando as brigas domésticas. Para controlar, no entanto, o comportamento feminino que insistia em permanecer solteiro, a empresa respondia com políticas duras: demitia e expulsava das minas mulheres solteiras que engravidassem e, para o caso de serem pegas praticando aborto, poderiam ser demitidas e presas.

Ao mesmo tempo em que regulava o comportamento das mulheres solteiras, a empresa buscava dar as casadas apoio em casos de violência doméstica, além de assegurar que os benefícios dados pelo estado civil fossem de fato aplicados nas necessidades do lar, forçando os maridos a cumprir com as obrigações familiares. Dentro da empresa, por sua vez, essas mulheres não possuíam garantias de trabalho. Relegadas ao informal, baixos salários e

² Tradução livre do original em inglês: According to the company, workers who married in El Teniente or who brought their wives and children with them tended to stay on for years, dependent on the job in the mine to support their families. A single worker or a married worker whose family lived elsewhere had more freedom to come and go, to risk unemployment in strikes, and to engage in the "vices" condemned by the company. KLUBOCK, Thomas Miller. *From Welfare Capitalism to the Free Market in Chile Gender, Culture, and politics in the Copper Mines*. In: **Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S – Latin American Relations**. Duke University Press, 1998, p. 373.



políticas que encorajavam o casamento e a vida doméstica, muitas delas mulheres viam no matrimônio uma importante estratégia de subsistência.

Entretanto, tais políticas não foram prontamente aceitas sem resistência, adaptações e em certo sentido, ressignificações. Muitos dos moradores de *El Teniente*, no início de implantação das políticas, falsificavam documentos de casamento para obter os benefícios. Dessa forma, asseguravam um casamento de fachada enquanto as mulheres teriam liberdade para exercer sua sexualidade e adquirir renda extra. Outro ponto de resistência, também se dava no comportamento de muitos trabalhadores que se casavam, mas deixavam de prover sua família com seus ganhos, gastando com jogo e bebidas. O abandono de mulheres e a bigamia eram também comuns entre os trabalhadores. Culturas que iam contra as políticas da empresa e dificultavam o sucesso de sua implementação.

Todavia, com o crescimento da influência da empresa e a adequação da força de trabalho aos padrões disciplinares, os benefícios que adviriam de seu cumprimento e trariam aos trabalhadores ascensão social, não chegaram efetivamente a realidade dos mineiros chilenos. Esses trabalhadores viam somente seus companheiros norte-americanos alcançarem o almejado e propagandeado bem-estar social. Além disso, por tratar-se de uma empresa norte-americana, sua filial nos Estados Unidos pagava a aos trabalhadores norte-americanos um salário maior por menos horas trabalhadas se comparado aos trabalhadores chilenos. Dessa forma, a propaganda feita pela empresa deu aos chilenos o alvo para o qual reclamar seus direitos. “(...) Esses direitos se tornaram o foco das mobilizações e conflitos coletivos nos acampamentos das minas”³.

Ademais, a configuração familiar imposta em *El Teniente*, na qual o homem deveria ser responsável pelos proventos familiares, enquanto as esposas deveriam cuidar do ambiente caseiro e dos filhos, fez com que se fortalecessem os laços domésticos. As mulheres passaram a apoiar seus maridos durante as greves, organizando reuniões nas *ollas comunes* (cozinhas comunais) e participando dos piquetes com seus filhos. No ano de 1939, a mobilização das mulheres na greve foi de suma importância e, inclusive, somou-se a participação do *Movimiento Por-Emancipación de la Mujer Chilena* (MEMCH), que continuou atuando nas greves durante o governo da Frente Popular.

³ Tradução livre do original em inglês: “(...)These rights became the focus of mobilizations and collective conflicts in the mining camps”. KLUBOCK, Thomas Miller. *From Welfare Capitalism to the Free Market in Chile Gender, Culture, and politics in the Copper Mines. In: Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S – Latin American Relations*. Duke University Press, 1998, p. 391.



Segundo a ideologia da domesticidade, as mulheres eram responsáveis pelo bem-estar das famílias dos mineiros. A participação das mulheres em comitês de custo de vida e comitês de mulheres se concentrava nas demandas relacionadas a esse papel feminino atribuído: consumo, preços dos alimentos e educação para seus filhos. Assim, o desejo das mulheres de garantir a segurança e os direitos prometidos pelas políticas de bem-estar social da empresa e pela ideologia dominante de gênero muitas vezes levou à sua participação em movimentos coletivos. A união de interesses entre homens e mulheres nas lutas trabalhistas era baseada na dependência econômica das mulheres em relação aos seus maridos e sua subordinação dentro da família nuclear⁴.

Nesse sentido, as políticas de domesticidade implantadas pela empresa no Chile criaram laços de dependência doméstica que fortaleceram as lutas sociais em favor de maiores salários e bem-estar social. Essas políticas criaram espaços de convivência e reunião para as mulheres e fortaleceram sua atuação em comitês que buscavam assegurar seus direitos familiares básicos. Ressignificando, portanto, o sentido de domesticidade que a empresa buscou implantar.

Essa ressignificação, ou seja, a atuação pública de mulheres reivindicando ações em favor da esfera doméstica pode parecer, aos olhares modernos, uma mudança não muito significativa, uma vez que reivindicavam em favor do doméstico e acabavam, portanto, atuando em favor da esfera que lhes era imposta. No entanto, cabe-nos ressaltar que os movimentos da década de 1930 são anteriores as duas últimas ondas do movimento feminista e que, portanto, não podem ser vistos com olhares anacrônicos que exigem daquele contexto uma postura que não lhes era própria. Essas mulheres ressignificaram seu papel na medida em que, publicamente, colocaram sua voz e reivindicaram seus direitos, algo que começava a despontar nas décadas de 1920, 1930 e 1940, principalmente pela questão do sufrágio, dentre outras reivindicações.

No Canadá, em um período bastante aproximado, meados da década de 1930 e 1940, podemos também perceber a atuação das mulheres na esfera pública em comitês locais. No entanto, para esse contexto, os protestos eram principalmente contra a carestia e organizados por donas de casa.

No início da década de 1930, a economia canadense sofreu severamente os efeitos da Grande Depressão. Voltada fortemente à exportação, principalmente para o Reino Unido e

⁴ Tradução livre do original em inglês: “According to the ideology of domesticity, women had responsibility for the welfare of miners’ families. Women’s participation in cost-of-living committees and women’s committees focused on demands that pertained to this assigned female role: consumption, food prices, and education for their children. Thus, women’s desire to ensure the security and rights promised by the company’s social welfare policies and dominant gender ideology often led to their participation in collective movements. The unity of interests between men and women in labor struggles was predicated on women’s economic dependence on their husbands and their subordination within the nuclear family” (*Idem*. p. 392).



Estados Unidos, o país se viu sem opções iniciais de recuperação econômica. Em tempos de grande crise, o crescimento do senso de direitos contra o emergente capitalismo corporativista estimulou as mulheres, politizadas por tempos difíceis, a se organizarem como mães, donas de casa e consumidoras, frequentemente recorrendo ao estado com suas reivindicações.

No estudo “*A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s*” escrito pela historiadora e coordenadora do programa de “*Labor studies*” da Universidade de Manitoba no Canadá, Julie Guard, essas associações de donas de casa no auge da crise econômica são tomadas como exemplo de mobilização feminina, em um contexto em que as mulheres eram compelidas a esfera doméstica e não possuíam voz pública.

Tomando como objeto de estudo as campanhas organizadas pelas donas de casa canadenses por preços acessíveis de alimentos, principalmente campanhas contra a indústria de laticínios, Guard nos revela como mulheres, sob a égide do maternalismo, lutaram por políticas econômicas governamentais que resguardassem seus direitos de consumidoras e mães. Segundo a historiadora canadense, a participação das donas de casa nas campanhas as transformou de

(...) vítimas impotentes em atores políticos efetivos. Donas de casa ativistas desafiaram as noções prevalecentes de comportamento feminino normativo, criando espaço social para as mulheres comuns que atuam em seus papéis domésticos para se engajarem em ações políticas diretas⁵.

Fundando a Associação das Donas de Casa de Toronto em 1937, essas mulheres organizaram boicotes a produtos derivados do leite, iniciando o que chamaram de uma “guerra contra os preços”. Inicialmente concentradas em Toronto, as organizações logo se espalharam pelas cidades de Ontario e, no segundo ano, já possuíam núcleos de uma organização nacional, tornando-se a Federação de Donas de casa e consumidoras do Canadá. Suas campanhas eram endossadas pelos governantes e pela mídia, que as apoiava e, em certa medida, impulsionava o movimento dando a ele legitimidade, justamente por se tratar de uma

⁵ Tradução livre do original em inglês: “powerless victims into effective political actors. Housewife-activists challenged prevailing notions of normative feminine behavior, creating social space for ordinary women acting within their domestic roles to engage in direct political action”. GUARD, Julie. *A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s*. **International Labor and Working-Class History**. No. 77, Spring 2010, p. 43.



reivindicação doméstica: “Falando com a autoridade moral de mães preocupadas, elas culpavam os altos índices de desnutrição infantil e doenças pelo aumento do preço do leite”⁶.

Nos Estados Unidos, por sua vez, habilitadas pela retórica do *New Deal*, as consumidoras de classe média e trabalhadora organizaram-se para resistir ao preço do leite, da carne, pão e outros produtos essenciais. Essas vitórias, que Meg Jacobs mostrou nos EUA, enquadraram a intervenção do estado na economia como uma questão de direito dos cidadãos e consumidores. Assim, as lutas das irmãs norte americanas inspiraram e impulsionaram as donas de casa canadenses.

No entanto, esse movimento não era novo. No início da década de 1930 no Canadá, líderes comunistas, conselhos de mulheres, dentre outras entidades, se uniram em um esforço de protestar pelo preço da carne, leite e pão. No entanto, foram prontamente ignoradas pela mídia em geral, principalmente por sua associação política com o Comunismo. Sem suporte popular, elas acabaram sendo marginalizadas e suas reivindicações não tiveram as almejadas mudanças políticas. Em contraste, a Associação das Donas de Casa de Toronto de 1937 foi prontamente aprovada pela grande mídia e pelos governantes, precisamente porque enfatizava sua identidade como mães e donas de casa respeitáveis e, dessa forma, desdobravam seus papéis domésticos como vantagem e estratégia política.

Bertha Lamb, fundadora da Associação, encorajava as mulheres a cultivar uma imagem pública maternal. Segundo Guard:

Claramente cientes de que as noções demonizadas de comunistas implicavam a antítese da maternidade respeitável, as porta-vozes afirmavam que as Donas de Casa não tinham “nenhum compromisso ... político ou de qualquer tipo”. Pelo contrário, a delas era uma união não-sectária e não-política de donas de casa comuns que em outras circunstâncias, não participem de atividades organizacionais”. Observando que a imprensa tendia a descrever organizações como as delas como “vermelhos”, as fundadoras insistiram que as Donas de Casa não eram “políticas”, mas apenas “um grupo de donas de casa indignadas cansadas de tentar fazer as duas extremidades se encontrarem”⁷.

⁶ Tradução livre do original em inglês: “Speaking with the moral authority of concerned mothers, they blamed the prevailing high rates of childhood malnutrition and illness on the rising price of milk”. GUARD, Julie. **A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s.** In: *International Labor and Working-Class History*. No. 77, Spring 2010, p. 27.

⁷ Tradução livre do original em inglês: “Clearly aware that demonized notions of communists implied the antithesis of respectable motherhood, spokeswomen asserted that the Housewives had “no strings attached... political or otherwise.” On the contrary, theirs was a “non-sectarian and nonpolitical... union of ordinary housewives who, under other circumstances, take no part in organizational activities.” Observing that the press tended to describe organizations like theirs as “reds,” the founders insisted that the Housewives were not “political,” but were merely “a group of indignant housewives tired to death of trying to make both ends meet” (*Idem*, p. 31).



Dessa forma, dentro das associações, para não chamarem a atenção da grande mídia, apesar de serem membros ativos, as comunistas não ocupavam cargos executivos. Formadas por donas de casa da classe média e trabalhadora, radicais, liberais e conservadoras, as associações trabalhavam de forma a promover legalidade política, a qual um movimento vinculado ao comunismo não teria, ao menos não naquela época e não liderado por mulheres. Assim, elas enquadraram sua campanha por leite acessível como uma expressão do amor maternal fazendo com que o movimento estivesse dentro dos padrões de feminilidade respeitável da época.

Nas décadas de 1940 e 1950, por sua vez, as campanhas das donas de casa canadenses foram se enfraquecendo, principalmente pelo contexto da Guerra Fria, que tendia a enquadrar movimentos sociais como comunistas. Graças a isso, suas reivindicações foram cada vez mais mal vistas pela imprensa e logo perderam o apoio popular que legitimava sua ação perante a sociedade.

Se compararmos as atuações das mulheres chilenas e canadenses em paralelos de similaridade, podemos considerar alguns pontos convergentes. Primeiramente, ambos os movimentos partiram de comitês locais, aglomerações de bairro e vizinhança, que possuíam reivindicações domésticas. Segundo que, os espaços de compartilhamento de experiência criados por essas mulheres, em ambos os casos, vieram de uma domesticidade imposta que foi por elas ressignificada. Isso significa dizer que os espaços criados partiram de políticas de domesticidade vindas de fora (no caso chileno vieram da Companhia de cobre e, no caso canadense, da sociedade civil em geral), que buscavam cercear as mulheres a esfera privada, mas que, a despeito disso, acabou por dar-lhes subsídios para reivindicar, na esfera pública, exigências domésticas, atuando politicamente em mudanças sociais. Nesse sentido, assim como nos mostra Guard incorporando os estudos de Gisela Bock e Pat Thayne, não podemos encarar as reivindicações advindas da esfera doméstica como dicotômicas ou antagônicas a atuação política pública. Segundo Guard:

Os historiadores começaram a revelar as muitas maneiras pelas quais as mulheres em muitos países, atuando politicamente como mães e consumidores, fizeram significativos ganhos políticos, inclusive pressionando os governos a promulgar políticas progressistas que estabelecessem as bases para o estado de bem-estar social⁸.

⁸ Tradução livre do original em inglês: “Historians have begun to reveal the many ways in which women in many countries, acting politically as mothers and consumers, made significant political gains, including pressuring governments to enact progressive policies that laid the foundations for the welfare state”. GUARD, Julie. *A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s*. In: *International Labor and Working-Class History*. No. 77, Spring 2010, pp. 33-32.



Todavia, se para o caso chileno e canadense podemos falar de ressignificação das políticas de domesticidade, como podemos verificar tais desdobramentos em outros contextos da América no mesmo período, como por exemplo, Brasil e Argentina?

Em seus estudos, Barbara Weinstein, importante pesquisadora nas áreas de história do trabalho, classe e gênero na América Latina, em seu artigo “As mulheres trabalhadoras de São Paulo: de operárias não qualificadas a esposas profissionais”, relata que havia em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950 (e, de modo mais geral no período da ditadura Vargas 1930 - 1945) políticas educacionais que afirmavam e incentivavam posturas femininas de domesticidade; mulheres enquanto donas de casa que contribuiriam para o bem estar familiar a partir do desempenho exemplar no ambiente doméstico. Algo até então, bastante semelhante aos contextos do Chile e Canadá.

Para o caso de São Paulo, no artigo acima mencionado, Weinstein utiliza como fontes revistas e publicações dos dirigentes do SESI e SENAI/ SP, programas que abarcavam uma crescente parcela de mulheres da classe trabalhadora do período. Com essas fontes, a historiadora busca destacar como a identidade doméstica, proporcionada pelos espaços dos cursos dessas instituições e publicações reproduziram e promoveram “políticas e ideologias específicas com relação às diferenças sociais entre os sexos” (WEINSTEIN, 1995). Segundo Weinstein:

No caso de São Paulo, entre as décadas de 1910 e 1950, se pode observar uma diminuição de papéis trabalhistas aceitáveis com relação às mulheres, ativamente promovida por representantes de diversos grupos, a tal ponto que só permanece legítimo o papel de "dona de casa". Ainda que os empregadores, dirigentes sindicais, educadores e assistentes sociais, não sejam aqueles que inventaram a categoria "mulher trabalhadora", é evidente que contribuíram ativamente para a criação de duas imagens antagônicas da mulher: a imagem marginalizada da mulher que trabalha por dinheiro e a idealização da dona de casa. Os industriais e particularmente os educadores desempenharam um papel ativo na formulação dos programas e regulamentações que serviram para estabelecer definitivamente os papéis adequados à mulher (WEINSTEIN, 1995, p. 144).

No mesmo trabalho, Weinstein sinaliza a posição ocupada pelas mulheres na força de trabalho nas primeiras décadas da industrialização no Brasil (1890 a 1920), especificamente no que tange a indústria têxtil. No entanto, desdobra de forma parcial quem seriam essas operárias. Recortando, sobretudo, do âmbito das políticas educacionais, o trabalho de Weinstein não tem como objetivo demonstrar, dentro do nicho industrializado, quais seriam as relações das mulheres no ambiente fabril em contraposição as políticas de domesticidade, mas, tão somente, investigar quais seriam as políticas que estruturavam e ditavam, naquele



período, as condutas moralmente adequadas e indicadas para as mulheres, mesmo aquelas que se encontravam fora desse ambiente doméstico.

Por sua vez, em um trabalho mais recente, publicado em 2006 pela revista *International Labor and Working-Class History*, Weinstein aprofunda algumas questões já presentes em seu capítulo de 1999. Em seu novo estudo, a historiadora compara identidades compartilhadas pelas mulheres da classe trabalhadora em São Paulo as das Argentinas, especificamente na década de 1940. Neste ensaio, o que Weinstein traz de novo é a forma de explorar como as preocupações com a feminilidade influenciaram a formação de identidades da classe trabalhadora em São Paulo e na Argentina.

Em suas conclusões, Weinstein reitera que as políticas de domesticidade do SESI São Paulo, com seus cursos direcionados a formação e instrução de mães e donas de casa, exprimiam imagens de feminilidade e respeitabilidade que refletiam normas e comportamentos de gênero de uma classe média e, dessa forma, tendiam a prejudicar a formação de identidades femininas enquanto trabalhadoras fora da esfera doméstica.

O espaço do SESI, tanto de seus cursos quanto de suas festas em datas comemorativas, possuía deste modo, uma função de centro catalisador, que disponibilizava a essas mulheres um ambiente de compartilhamento de experiências, de encontros de pessoas que partilhavam assuntos e expectativas em comum, que viabilizava a criação de uma identidade que, por sua vez, refletia a aspiração de ascensão social com ideais de consumo de uma classe média.

Uma mulher pode pertencer formalmente à classe trabalhadora em virtude do local de trabalho de seu marido ou de sua esposa - na verdade, é isso que a qualificava para fazer os cursos do SESI em primeiro lugar. Mas sua aparência, apresentação pessoal, valores e aspirações devem refletir os da dona de casa e consumidora de classe média, mesmo que suas restrições financeiras e culturais permitissem que ela apenas aproximasse ou “imitasse” esse modelo.⁹

A formação de identidade de uma mulher da classe trabalhadora, deste modo, acabou sendo minada por uma perspectiva mais atrativa e bem-sucedida de dona de casa, que não teria de enfrentar uma jornada dupla e os diversos problemas do trabalho fora da esfera doméstica, como abuso sexual e jornadas extenuantes com baixos salários.

⁹ Tradução livre do original em inglês: “A woman might formally belong to the working class by virtue of her own or her husband’s place of employment—indeed that is what qualified her to take SESI courses in the first place. But her outlook, self presentation, values, and aspirations should reflect those of the middle-class housewife and consumer, even if her financial and cultural constraints might allow her only to approximate or “mimic” that model”. WEINSTEIN, Barbara. “*They don’t even look like women workers*”: Femininity and Class in Twentieth-Century Latin America. In: **International Labor and Working-Class History** No. 69, Spring 2006, p. 167.



Em relação ao contexto argentino, por sua vez, Weinstein enfatiza uma posição ambígua em relação às mulheres trabalhadoras, justamente por se tratar de um contexto político também ambíguo.

A forte industrialização na Argentina na década de 1940 possibilitou a inserção da mulher nas fábricas e, a despeito disso, sua posição dentro delas não era bem vista pelos padrões de respeitabilidade da sociedade da época, algo que também encontramos no contexto brasileiro. Segundo Weinstein, a política Peronista, em certa medida, via a participação da mulher no mercado de trabalho como um suplemento ao salário do marido, mas que, em condições normais, que seriam asseguradas pelo governo, seu lugar deveria ser o lar e os afazeres domésticos.

O trabalho nas fábricas dava as mulheres, principalmente as mais jovens, independência financeira. No entanto, colocava em questão sua respeitabilidade e, dependendo do trabalho exercido, gerava imagens incompatíveis com a feminilidade, um construto da classe média que opunha justamente a dona de casa e a mulher trabalhadora.

Dessa forma, as mulheres da classe trabalhadora argentina buscaram uma identidade que rejeitasse as noções de feminilidade da classe média, aproximando-se, para tanto, da figura de Eva Perón.

Segundo Weinstein:

como membros de diferentes classes sociais, as mulheres da classe trabalhadora e da classe média tinham interesses diferentes. Suas identidades de classe eram inseparáveis de suas construções de gênero mutuamente denegridas, e significavam não apenas que se opunham politicamente, mas que desprezavam o que cada um representava, como cada um parecia ou cheirava. O corpo de Evita era o terreno em que esse desgosto mútuo se manifestava mais vividamente¹⁰.

Dessa forma, o ideal de domesticidade e feminilidade da classe média foi colocado à parte em prol de uma aproximação das mulheres da classe trabalhadora com a figura de Evita Perón. Uma forte alternativa a imagem de feminilidade e respeitabilidade burguesas, uma vez que possuía origem popular e era rejeitada pelas mulheres da elite.

Como subsídio de sua argumentação, Weinstein se utiliza dos estudos de Daniel James, que versam principalmente sobre a formação dos sindicatos da classe trabalhadora em Berisso, Argentina, nas décadas de 1940 e 1950. James, que possui diversos estudos ligados a

¹⁰ Tradução livre do original em inglês: “as members of different social classes, working-class and middle-class women had different interests. Their very class identities were inseparable from their mutually denigrating gender constructions, and meant not only that they opposed each other politically, but that they despised what each one stood for, how each one looked or smelled. Evita’s body was the terrain on which this mutual disgust manifested itself most vividly”. *Idem*, p. 173.



temática da classe trabalhadora argentina, também versa em seus trabalhos sobre questões teórico-metodológicas, principalmente, quanto à abordagem da história oral e questões de gênero.

No capítulo “Contos narrados nas fronteiras a história de Doña Maria, História oral e questões de gênero” de 2004, Daniel James nos mostra como Dona Maria, pioneira na liderança feminina nos sindicatos dos frigoríficos de Berisso, construiu uma narrativa de lutas sobre si mesma que se situa em um território fronteiriço. Um território que demonstra as tensões de sua atuação enquanto mulher ativa nas lutas da classe trabalhadora argentina e as políticas da era peronista em relação ao comportamento feminino adequado.

Segundo James,

Durante a década crucial de 1945 – 1955, o peronismo, através de suas instituições políticas e culturais, tanto mobilizava quanto legitimava as mulheres enquanto atores de uma esfera pública recém-ampliada. Ao mesmo tempo, tentava redefinir formas de comportamento apropriadas, bem como divisões apropriadas entre o público e o privado. Enquanto a tradicional subordinação das mulheres aos homens era denunciada, muitas das virtudes tradicionais associadas às mulheres eram reafirmadas dentro de uma ideologia de domesticidade reelaborada. No início da década de 1950, no auge da influência de Evita Perón, o trabalho das mulheres fora de casa era expressamente condenado, e a atividade política das mulheres era nitidamente diferenciada da política dos homens. A política era uma característica inerentemente masculina com a qual as mulheres não estavam aptas a lidar (JAMES, 2004, p. 301).

Em alguns pontos de seu relato, nas lutas como chefe de sessão do frigorífico em que trabalhava, Dona Maria dá ênfase a sua imagem enquanto uma mãe preocupada e atenta as necessidades do lar, e que entrou na esfera pública justamente para ajudar a prover os filhos, revelando, em certa medida, a presença da ideologia de domesticidade dominante.

Contudo, em outros pontos de seu relato, Dona Maria destaca seu papel ativo na política e revela algo significativo em relação à história da atuação feminina na luta sindical. Segundo James, o status herético de Dona Maria, que se intitulava “*una mujer atrevida*”, “*La intrusa*”, “*La impulsiva*” dentre outras alcunhas que, segundo ela, ganhou dos homens por sua posição de líder sindical, criou um ponto de tensão entre a retórica oficial peronista com suas políticas de domesticidade e a atuação de Maria na esfera pública. Um ponto de tensão que demonstra as lutas e contradições que Dona Maria e as mulheres argentinas enfrentaram durante a época de industrialização.

Cabe ressaltar que, tanto em relação ao relato de Dona Maria trabalhado por Daniel James, quanto nas considerações de Weinstein, o trabalho feminino assalariado na esfera pública, no caso argentino, não é visto como sinônimo de emancipação, mas como uma



necessidade de se manter a casa e os filhos. Uma dupla jornada que inscrevia nos corpos femininos as marcas de uma vida árdua e sofrida.

Entretanto, se propusermos um recorte de fontes distinto do de Weinstein para o caso de São Paulo, principalmente aquelas que dizem respeito a dados sobre o ambiente fabril e as lutas sindicais com a participação das mulheres, podemos chegar a conclusões que, se não contradizem, ao menos, complementam as perspectivas da historiadora.

No estudo de John D. French e Mary Lynn Pedersen Cluff “As mulheres e a mobilização operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948”, os historiadores buscaram contemplar, nesse ambiente de fábricas e lutas dele derivadas, a experiência feminina no âmbito político, principalmente no que tange sua atuação nas lutas comunitárias, trabalhistas e nas organizações sindicais.

Para tanto, a fim de fugir das interpretações que viam as mulheres como apáticas às reivindicações e mobilizações da classe trabalhadora, os autores trouxeram à baila estudos voltados as organizações comunitárias que contaram com a atuação política do Partido Comunista Brasileiro em sua fundação. A partir disso, buscaram investigar, na região conhecida como ABC paulista (que abriga os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano) a participação das mulheres nas mobilizações, lutas operárias e movimentos contra a carestia e reivindicações mistas.

No período referido, a região alcançou o *status* de uma das maiores concentrações industriais em grande escala no Brasil. Segundo Cluff e French:

Entre 1945 e 1948, os operários do Brasil foram atraídos à atividade pública e política de um modo sem antecedentes. Durante períodos de tal fervor popular, a dinâmica da participação sócio-política feminina surge com mais nitidez do que em épocas normais. Essa generalização se aplica a Santo André e São Caetano: quanto mais extensa, profunda e intensa a mobilização operária, tanto maior o envolvimento e a visibilidade da mulher de classe operária, tanto as donas de casa como as próprias operárias (CLUFF, 2000, p. 173).

Para os autores, as mobilizações de bairro tiveram papel importante nas bases das organizações da classe trabalhadora na região do ABC paulista, proporcionando aos desempregados, jovens e donas de casa, uma participação mais efetiva nas lutas. Os CDPs de bairro (Comitês Democráticos Progressistas) atuavam na luta contra a carestia, direitos do consumidor, das crianças e alguns organizavam salas de aula para alfabetização, a fim de que os residentes pudessem cumprir os requisitos de voto. Oficialmente não partidários, no entanto, os CDPs contavam com a importante força de aglutinação do Partido Comunista, assim como as associações das donas de casa canadenses.



Além disso, os autores ressaltam a crescente participação das mulheres do ABC, e do Brasil como um todo, no ambiente fabril no pós-guerra. No entanto, ressaltam também sua constante desvalorização nesse setor.

Assim como no contexto do México, trabalhados nos estudos de Maria Tereza Fernandez-Acevez que mais adiante abordaremos, as mulheres do ABC também possuíam os trabalhos menos especializados e menos remunerados. Além é claro, de enfrentar jornadas duplas em casa e nas fábricas, com o agravante de serem constantemente abusadas e maltratadas por seus patrões. Dessa forma, os autores ressaltam os diversos motivos que levavam as mulheres a ficarem à parte do movimento sindical, dentre eles a falta de abertura e o domínio masculino dos sindicatos. Com essas problemáticas, as mulheres tendiam a participar dos momentos de maior tensão nas lutas sindicais, como em greves, mas, ao longo do tempo, tendiam a afastar-se do dia-a-dia da luta trabalhista.

Como na política Peronista na Argentina, nesse período no Brasil, a presença feminina nas fábricas era aceita na medida em que fosse necessária para complementar a renda do marido e ajudar nas finanças do lar. No entanto, não era fomentada de forma alguma e muito menos bem vista pela sociedade patriarcal que, como vimos nos estudos de Weinstein, ressaltava sua importância na esfera doméstica.

Segundo Cluff e French o que impulsionou a participação feminina na esfera pública, seja nas lutas trabalhistas, seja dentro da política nos comícios, foi, em grande medida, as greves de fevereiro e março de 1946 e de 1947. Com a grande mobilização de trabalhadores, 100 mil em São Paulo, uma nova identidade começou a surgir e com ela a convergência de reivindicações para ambos os sexos. Obviamente, contudo, com muitas tensões internas e sob a liderança masculina.

Conscientemente ou não, os líderes sindicais de esquerda e centro aplicavam os princípios da unidade da classe operária de modo a maximizar a sua influência frente aos patrões e seus poderosos aliados. Assim, fazia-se todo o esforço no intuito de se incluir as mulheres nas atividades grevistas de grande escala. Onde as mulheres constituíam uma parte significativa da força operária, sempre se encontravam grevistas femininas entre os discursantes em comícios locais (CLUFF, 2000, p. 193).

Nesse sentido, no pós-Guerra, diferentemente da Primeira República, as mulheres não atuaram somente nas reivindicações de sufrágio e nas lutas trabalhistas, mas também criaram organizações femininas permanentes que possuíam voz na esfera pública. As mobilizações no ABC paulista e de forma mais geral nas regiões fortemente industrializadas, movimentaram novas forças sociais, dentre elas as mulheres que, segundo French e Cluff “desencadearam



uma série de mudanças fundamentais, seja de natureza política, seja nos interesses representados na arena política” (*Idem*, p. 203).

Se olharmos para os trabalhos de French e Cluff e Weinstein em uma perspectiva de complementaridade, podemos verificar que, no que tange as relações de gênero e classe em São Paulo no início da industrialização, existiam sim políticas educacionais advindas do poder estatal ou de empresários voltados a indústria, que advogavam uma domesticidade para as mulheres, ressaltando seus papéis como mães e donas de casa. Entretanto, no mesmo período, dentro das fábricas, mesmo com as dificuldades impostas pelos empregadores, como as condições de trabalho, assédio e escassa experiência de classe e identidade enquanto mulheres trabalhadoras houve sim uma participação das mesmas na esfera pública, tanto como trabalhadoras quanto nos comitês de bairro como acontecia no Canadá e Chile.

No que se refere especificamente ao ambiente interno das fábricas, como já citado, as mulheres possuíam os trabalhos menos remunerados, justamente por conta da ideologia de domesticidade, que via seu trabalho como complementar ao do homem, logo não precisaria ser bem remunerado. Para nos determos mais atentamente ao ambiente fabril e a divisão sexual do trabalho nele enfrentada, vejamos o que nos diz os estudos de Maria Tereza Fernandez-Acevez para o caso mexicano.

Em “*Once We Were Corn Grinders: Women and Labor in the Tortilla Industry of Guadalajara, 1920–1940*” de 2003, Fernandez-Acevez busca investigar como se deu a divisão do trabalho no interior das fábricas a partir da crescente mecanização da indústria de *Tortillas* na década de 1930 em Guadalajara no México.

Culturalmente, desde o período pré-hispânico, o preparo das *Tortillas* era realizado no ambiente doméstico e por mulheres. Do processamento do milho ao alimento na mesa, na esfera doméstica, levava cerca de seis horas para ficar pronto. Entretanto, com a industrialização dos moinhos de milho e especificamente da mecanização do processo de produção da *Tortilla* na década de 1930, essa cultura de preparo do alimento modificou-se por completa. Houve, com a industrialização, uma divisão do trabalho dentro das fábricas, que tendia a relegar as mulheres os trabalhos que exigiam menos qualificação e apresentavam menor remuneração. Como vimos também no contexto fabril brasileiro.

Todavia, Acevez ressalta que o processo de mecanização da indústria da *Tortilla* e a atuação feminina nela se deram na construção de um estado revolucionário e, graças a isso, para o caso do México, possibilitou uma conjuntura política que abriu espaço tanto para o surgimento de organizações seculares e, inclusive, anticlericais - aqui podemos também



ressaltar o papel dos sindicatos como um todo -, quanto para a criação de organizações femininas como o CFO, *Circulo Feminista de Occidente*, criado em 1927 principalmente pelas lutas de sufrágio para as mulheres. Havia, portanto, um ambiente já bastante politizado e organizado quando a mecanização dos moinhos de milho começou a despontar.

Durante os governos de José Guadalupe – Zuno Hernandez (1923 – 1926) e Margarito Ramirez (1927 – 1929), houve uma aproximação, em Jalisco, de sindicatos seculares da indústria dos moinhos de milho. Esses sindicatos eram organizados por homens e outros por mulheres. No período da industrialização, essas associações uniram-se a camponeses, professores, trabalhadores da indústria têxtil, dentre outros. Tal união necessitava do apoio feminino como forma de contrapeso a forte organização de mulheres católicas e também a forte presença clerical e conservadora que buscavam combater. No entanto, os sindicatos de Jalisco frisavam a participação feminina como um exemplo de solidariedade de classe e não como uma presença que perduraria por muito tempo: “No entanto, todos acreditavam que, uma vez conquistada a luta de classes, as mulheres não teriam que trabalhar fora de casa e poderiam retornar aos seus deveres “naturais” como esposas e mães”¹¹. Algo similar ao que acontecia na época da política Peronista na Argentina, como nos mostrou Daniel James.

Além disso, o estado e a secretaria de Educação Pública (SEP) orientavam uma política de domesticidade que redirecionava essas mulheres para “ocupações femininas apropriadas”:

Eles concebiam mulheres trabalhadoras como mães, cujo lugar ideal era o lar. Segundo essa visão, as mulheres trabalhariam na produção doméstica para promover a racionalização do salário familiar. As mulheres trabalhadoras tinham que ser responsáveis pela unidade familiar e pelo cuidado das crianças e tinham que seguir padrões de consumo adequados. Estas organizações orientadas pelo estado ajudaram a consolidar a segmentação do trabalho industrial e a divisão sexual do trabalho ¹².

Entretanto, para o caso mexicano, a CFO já havia se tornado uma alternativa e um caminho político que possibilitava a militância das mulheres trabalhadoras e encetava uma forte crítica a desigualdade dentro da força de trabalho.

¹¹ Tradução livre do original em inglês: “However, they all believed that once the class struggle was won women would not have to work outside the home and could return to their “natural” duties as wives and mothers”. FERNANDEZ – ACEVEZ. *María Teresa. Once We Were Corn Grinders: Women and Labor in the Tortilla Industry of Guadalajara, 1920–1940. In: International Labor and Working-Class History*. No. 63, Spring 2003, p. 83.

¹² Tradução livre do original em inglês: “They envisioned working women as mothers, whose ideal place was the home. According to this view, women would work in home production to promote the rationalization of the family wage. Women workers had to be responsible for family unity and child care and had to follow proper consumption patterns. These state-oriented organizations helped consolidate the segmentation of industrial work and the sexual division of labor” (*Idem*, p. 84).



Em uma revisão ao estudo de que havia realizado, Acevez revisita alguns pontos de seu trabalho para responder a certas questões. Como por exemplo, qual seria o papel das mulheres dentro dos sindicatos e como conseguiram espaço neles, e também, quanto a estrutura de poder que predominava no México. Por meio de novas fontes e revisões de estudos sobre o período, a autora relata que algumas dessas mulheres eram responsáveis por atuar como professoras educando muitos trabalhadores e, dessa forma, desempenhavam um importante papel. Como também acontecia em São Paulo, como nos demonstrou French e Cluff. Além disso, em relação a estrutura de poder no México, a autora revisita a noção de *cacicazgo*, uma cultura de poder exercida principalmente por homens e que tem importante papel nas raízes da política no México.

Como citado acima, dentro dos moinhos de milho e da indústria de *Tortilla* como um todo, era relegado às mulheres os trabalhos menos remunerados, mesmo a despeito de ser, na década de 1930, a maioria da força de trabalho nessa indústria. Ao longo dessa década, diversos conflitos entre as indústrias concorrentes começaram a surgir, graças, principalmente, a falta de controle na construção das fábricas que ficavam próximas umas às outras. Com a forte competição, as empresas tendiam a baixar os salários de seus trabalhadores e até mesmo demiti-los em larga escala. Esse problema entre indústrias fez com que os sindicatos femininos e masculinos se unissem em prol de direitos para os trabalhadores e conseguissem alcançar benefícios. Em contrapartida, os direitos adquiridos como salários fixos, férias remuneradas e pagamento de horas extras, só eram garantidos àqueles vinculados a sindicatos oficiais, o que restringiu ainda mais os sindicatos femininos e os uniu aos liderados por homens.

Somente na década de 1940 é que a luta das mulheres, dentro desses sindicatos, as quais Fernandez-Acevez ressalta como violentas, conseguiu conquistas para si, como direito a salário mínimo para alguns cargos e oito horas de trabalho por dia - ficando de fora aqueles que trabalhavam por empreita -, além de licença maternidade. Nesse sentido, Acevez ressalta que essas mulheres tiveram uma conquista “agridoce”, haja vista que conseguiram se inserir no competitivo mercado de trabalho com reivindicações políticas próprias, mesmo a despeito de toda uma política de domesticidade que as circundava, mas, ainda sim, continuaram submetidas a estruturas de poder masculinas. Todavia: “A história das mulheres que



trabalham com tortilhas desafia o mito da passividade das mulheres e revela a importância da mobilização e militância das mulheres para o movimento trabalhista”¹³.

Nesse sentido, o contexto revolucionário do México legou as mulheres uma experiência nas lutas sociais que as diferenciou das demais localidades aqui estudadas. No caso argentino, estudado por James, o “*status de avis rara*” dado a trabalhadora Dona Maria que seguia nas lutas nos sindicatos como liderança, não era uma postura feminina que se costumava encontrar no ambiente fabril. Mesmo assim, como ressaltou Weinstein, a figura de Evita Perón contribuiu na representatividade de mulheres que pertenciam a classe trabalhadora. No Brasil, por sua vez, podemos perceber uma forte política de domesticidade advinda de setores governamentais e industriais, que dificultou a formação de uma identidade de mulheres da classe trabalhadora, mas não impediu que algumas delas se organizassem em comitês de bairro e participassem das lutas sindicais, mesmo que de forma comedida.

No entanto, os percalços das mulheres na esfera pública, dadas as especificidades de seus contextos, foram em muito semelhantes no processo de industrialização das Américas. Políticas de domesticidade que as compeliavam a esfera privada, divisão sexual do trabalho, baixos salários, abusos no ambiente de trabalho e a dominação masculina nas lutas trabalhistas, dentre vários outros fatores, eram características comuns nas Américas no entre guerras, mas que não refrearam a atuação das mulheres nas lutas em prol de reivindicações de bem-estar social, contra a carestia, ou até mesmo no chão das fábricas e dentro dos sindicatos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos aqui abordados podemos perceber que as políticas de domesticidade estavam fortemente presentes junto aos processos de industrialização do entre guerras nas Américas. No entanto, em cada localidade aqui abordada, houve ressignificações dessas mesmas políticas.

No Chile, em *El Teniente*, as políticas de domesticidade que buscaram separar as esferas pública e privada, para o masculino e feminino respectivamente, acabaram por ser subvertidas. Nos campos das minas de cobre, as mulheres unidas pela esfera doméstica lutaram lado a lado com seus maridos nas greves, participando, inclusive, de piquetes com

¹³ Tradução livre do original em inglês: ““The story of women tortilla workers challenges the myth of women’s passivity and reveals the importance of women’s mobilization and militancy to the labor movement”. FERNANDEZ – ACEVEZ. *María Teresa. Once We Were Corn Grinders: Women and Labor in the Tortilla Industry of Guadalajara, 1920–1940. In: International Labor and Working-Class History*. No. 63, Spring 2003, p. 82.



seus filhos. Para o caso de São Paulo, as políticas educacionais do SESI tenderam a aproximar as mulheres dos ideais e cultura de classe média, criando espaços muitas vezes avessos a identidade operária. Todavia, na mesma medida, em regiões fortemente industrializadas como o ABC paulista, as organizações de comitês de bairro e a crescente participação das mulheres nos comícios, também trouxe grandes ganhos a atuação da mulher na esfera pública.

Também no Canadá as organizações de bairro e associações de donas de casa, uniram mulheres por ideais comuns a esfera doméstica. Enquanto mães preocupadas, elas se posicionaram publicamente e conseguiram ganhos as suas reivindicações. Nesse âmbito, podemos dizer que essas mulheres fizeram da domesticidade privada um assunto público, embaralhando as esferas que a ideologia de gênero dominante ditava que deveriam atuar.

No México, por sua vez, o contexto revolucionário e a participação das mulheres na esfera pública e política foi mais acentuado do que nos outros conjuntos aqui mencionados. Já para o caso de Berisso, na Argentina, a atuação de Dona Maria como líder de seção do frigorífico, não era uma postura incentivada pela política Peronista, mesmo a despeito das operárias identificarem-se com a figura de Evita e construírem a partir dela uma identidade de classe trabalhadora.

Dessa forma, podemos considerar que a excessiva dicotomização da atuação feminina dentro daquilo que se engessa como privado na esfera doméstica, em contraposição ao público com a inserção no mercado de trabalho, muitas vezes, pode vir a obscurecer certas nuances que imprimem marcas vívidas nas lutas e história das mulheres. É importante, portanto, verificar a historicidade de cada contexto, para não cairmos em anacronismo e creditar a um período uma postura que só se desenvolveria anos depois. Nessa perspectiva, tanto as lutas operárias, quanto as ressignificações das políticas de domesticidade possuem expressiva importância na discussão dos papéis de gênero ao longo da história, sejam eles exercidos por meio da conquista do espaço no mercado de trabalho, sejam eles ressignificados na esfera doméstica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Maria de F. da. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

CLUFF. Mary Lynn Pedersen; FRENCH. John D. *As mulheres e a mobilização operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948*. **Revista de Pós-Graduação em História. História Social**, Unicamp, n. 7, 2000.



GUARD, Julie. *A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s*. In: **International Labor and Working-Class History**. No. 77, Spring 2010, pp. 27–47.

FERNANDEZ – ACEVEZ. *María Teresa. Once We Were Corn Grinders: Women and Labor in the Tortilla Industry of Guadalajara, 1920–1940*. In: **International Labor and Working-Class History**. No. 63, Spring 2003, pp. 81–101.

JAMES, Daniel. *Contos Narrados nas Fronteira*. In: BATALHA, Cláudio; Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes. (Orgs.). **Culturas de Classe. Identidade e Diversidade na Formação do Operariado**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

KLUBOCK, Thomas Miller. *From Welfare Capitalism to the Free Market in Chile Gender, Culture, and politics in the Copper Mines*. In: **Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S – Latin American Relations**. Duke University Press, 1998.

WEINSTEIN, Barbara. *As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais*. **Cadernos Pagu** (4). Campinas, Universidade de Campinas – UNICAMP. 1995: pp. 143-171. Tradução de Ricardo Augusto Vieira.

WEINSTEIN, Barbara. “*They don’t even look like women workers*”: Femininity and Class in Twentieth-Century Latin America. In: **International Labor and Working-Class History**, n. 69, Spring, 2006.